



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional
do Meio Ambiente - DSisnama

11ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão territorial do
CONAMA

Tema: proposta de Resolução que atualiza a Resolução 413/09 (Licenciamento de piscicultura)

Data: 08 de junho de 2025.

Local: TEAMS.

Resultado da reunião

1- Membros da CT e participantes

Setor	Nome	Órgão
1 - Governo Federal	Rodrigo Agostinho	IBAMA
2 – Governo Municipal	Werner F. Tabosa	ADEMA/RN
3 – Governo Municipal	Allan Max Andrade Fontes	ANAMMA NE
3 – Governo Municipal	Fábio Porto de Paula	ANAMMA N
4 - Setor Empresarial	Maria do S. Castelo Branco	CNI
4 - Setor Empresarial	Nélson Ananias	CNA
5 - Setor Soc. Civil	Lisiane Becker	MIRA SERRA
Observador (a)	Gracileide dos Santos Braga	Ibama- Ponto focal GT
Observador (a)	Itagyba Alvarenga Neto	Ibama- Ponto focal GT
Observador (a)	Luciene Mignani	MPA- Ponto focal GT
Servidor DSisnama	Vinícius Martins Diniz	MMA

2- Matéria

Nº 02000.003079/2020-16 - Prorrogação do Grupo de Trabalho que está analisando a Proposta de alteração da Resolução CONAMA nº 413/2009, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional
do Meio Ambiente - DSisnama

3- Resumo da Reunião

Luciene Mignani (MPA)- responsável pela apresentação, iniciou contextualizando os avanços do grupo de trabalho (GT) instituído para revisar a Resolução CONAMA 413, que trata do licenciamento ambiental da aquicultura. Ela destacou que o GT realizou sete reuniões ordinárias e uma extraordinária, com ampla participação de órgãos federais, estaduais, representantes da sociedade civil, academia e setor produtivo. Entre os participantes estavam o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Pesca, Ministério de Minas e Energia, MAPA, IBAMA, órgãos estaduais, Embrapa, CNA, Conar, além de especialistas convidados.

Explicou que os principais avanços incluíram a introdução de novos conceitos como cultivos multitróficos, sistemas semiabertos e semifechados, além da mudança no critério de porte dos empreendimentos, que passou a ser baseado na quantidade produzida, e não mais na área utilizada. Também foi proposta a possibilidade de licenciamento simplificado para grandes empreendimentos com sistemas fechados, e licenciamento em etapa única para atividades como malacocultura e algicultura.

Ela destacou ainda a necessidade de vinculação com o Ministério da Pesca para empreendimentos em águas da União e a previsão de licenciamento por adesão e compromisso para pequenos produtores. Solicitou a prorrogação do GT por mais quatro reuniões ordinárias, justificando que, embora o conteúdo principal da resolução tenha sido debatido, os anexos ainda não foram finalizados, especialmente os critérios de enquadramento por tipo de cultivo. Foi apresentado um cronograma com reuniões previstas para agosto e setembro, visando à deliberação final em novembro e apresentação ao CONAMA em dezembro.

Lisiane Becker (OSC)- representante da ONG MIRA-SERRA, expressou preocupação com a tilápia e outras espécies exóticas, mencionando impactos ambientais já observados, como a presença de piranhas no Guaíba. Ela reforçou a importância de aprofundar o debate sobre espécies exóticas e alóctones, especialmente diante do cenário de fragilidade nos estados e municípios.

Luciene Mignani (MPA)- respondeu que a proposta da nova resolução não trata diretamente da lista de espécies, mas remete à autorização pelo IBAMA, evitando incluir listas fixas no texto normativo. Ela explicou que isso se deve à constante atualização das normas e à necessidade de flexibilidade.

Gracileide dos Santos Braga (IBAMA)- reforçou a preocupação com a ausência de uma lista nacional oficial de espécies exóticas invasoras e defendeu que a resolução deveria conter definições mais claras para garantir segurança jurídica e evitar que o IBAMA se torne



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional
do Meio Ambiente - DSisnama

um “balcão de licenciamento”. Ela também destacou que toda espécie exótica pode se tornar invasora, dependendo do contexto ecológico.

Rodrigo Agostinho (IBAMA)- interveio para lembrar que a reunião tinha como objetivo deliberar sobre a prorrogação do GT, e não discutir o mérito da resolução. Ele reconheceu a gravidade do problema das espécies invasoras e defendeu que o debate técnico continue no âmbito do GT, ressaltando que o licenciamento da aquicultura será, em sua maioria, responsabilidade dos estados e municípios.

Lisiane Becker (OSC)- voltou a falar, reforçando a importância de considerar as especificidades das bacias hidrográficas, e não apenas das regiões hidrográficas, como consta na proposta. Ela apoiou a prorrogação do GT.

Gracileide dos Santos Braga (IBAMA)- também manifestou apoio à prorrogação e solicitou que o GT inclua pesquisadores com foco ambiental, além dos que representam o setor produtivo. Houve ainda a informação da discussão sobre a substituição de representantes do IBAMA no GT, bem como da relatoria.

Rodrigo Agostinho (IBAMA)- consultou os presentes e, não havendo objeções, declarou aprovada a prorrogação do GT. Ele encerrou a reunião desejando sucesso aos trabalhos e reforçando a importância de garantir segurança jurídica e sustentabilidade ambiental ao setor aquícola.

4- Encaminhamentos

- Prorrogação do GT por mais 4 (quatro) meses

5- observação

O registro desta reunião é um relato resumido. Para compressão ampla de todos os debates, justificativas e sugestões de emendas ao texto é importante consultar as alterações realizadas na minuta de resolução.